



JORGE MORGADO
 bqumica@ist.utl.pt
 www.spq.pt

O final de 2009 e o início de 2010 têm sido marcados por vários acontecimentos, uns de carácter global e outros de carácter mais específico para a Ciência e a Educação nacionais.

A nível global, e enquanto o mundo se encontra mergulhado numa grave crise económica e financeira, o final de 2009 fica marcado pela Conferência do Clima de Copenhaga – o último grande acontecimento de 2009! Quando, atendendo ao esforço que a ONU e a própria UE colocaram na sua organização, se esperava uma conferência que marcasse um novo compromisso global (dos 192 países da ONU), resultaram apenas algumas promessas e manifestação de vontades, sem que se conseguisse negociar um compromisso com objectivos bem definidos. Por outro lado, e apesar das enormes divisões que se verificaram, esta talvez tenha sido a conferência de carácter mais abrangente e esperamos que sirva como antecâmara para uma nova atitude e, quem sabe, tenha permitido criar as bases de um futuro entendimento global e vinculativo. Atendendo às circunstâncias climáticas que vivemos, e que se antecipa possam vir a ter um forte impacto nos próximos anos, decidimos abordar este tema neste número. O segundo facto que, a nível internacional, está a mobilizar a comunidade internacional foi a ocorrência de (mais) uma catástrofe – o sismo que assolou o Haiti e que mostra que, apesar de a Ciência permitir antecipar a ocorrência de tais fenómenos, não é ainda capaz de os prever e, assim, permitir que as populações se preparem, antecipando os seus efeitos.

A nível nacional queria realçar dois factos: o recente acordo conseguido entre o Ministério da Educação (ME) e os Sindicatos dos Professores e o acordo conseguido entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e os representantes dos ensinos superior universitário e politécnico.

No primeiro caso, o acordo conseguido pela nova equipa do ME pode ter finalmente terminado com um prolongado período de conflito e instabilidade. Embora se façam ainda contas, entre ganhos e cedências de parte a parte, e faltem ainda avaliar as consequências, a longo prazo, deste acordo, também no contexto mais alargado da Administração Pública, é certo que, para já, o regresso de um clima mais calmo é de saudar.

No segundo caso, o acordo parece, no imediato, vir atenuar as enormes dificuldades económicas e financeiras que as universidades e politécnicos atravessam. Nos últimos anos, o MCTES encetou um reforço do investimento em Ciência, que nos coloca a níveis de financiamento mais consentâneos com a UE. Contudo, este investimento parece ter sido feito à custa da redução do investimento na Educação, que compensasse, por exemplo, os aumentos salariais e o aumento da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações. Tal levou a que a maioria das universidades e politécnicos tenha, nos últimos tempos, feito alertas, mais ou menos dramáticos, à tutela. O acordo agora conseguido parece corresponder ao limiar mínimo que se considerava necessário para evitar situações de ruptura. A concretização das contrapartidas negociadas pelo MCTES parece, no entanto, suscitar muitas dúvidas.

Deste número (último de 2009), pretendo salientar quatro artigos. O primeiro aborda a reorganização das publicações das sociedades de Química europeias e, neste contexto, o desaparecimento da Revista Portuguesa de Química. Como aí se discute, é importante que os cientistas nacionais apostem nas revistas da *ChemPubSoc Europe* para divulgarem os seus trabalhos, aumentando o impacto dessas novas publicações e, também, as receitas da SPQ. O segundo artigo apresenta uma breve resenha sobre a utilização e o trabalho de investigação de complexos metálicos para fins médicos. O desenvolvimento de novos fármacos para combater várias doenças, como o cancro, passa também por um papel activo da Química Inorgânica. A evolução do conceito de electronegatividade é, de forma breve, abordada no terceiro artigo. Aí se discute também porque este conceito, muito importante em Química, deveria ser introduzido mais cedo nos programas de Química do Ensino Secundário. O último artigo desenvolve a aplicação de um conceito recente em Química Verde (QV) – a Estrela Verde – às actividades de laboratório do programa de Química do 10º Ano, propondo, como consequência, a modificação de algumas delas, também para que os nossos alunos interiorizem alguns conceitos de QV.

Um conjunto de outras pequenas contribuições completa este número que, espero, considerem interessante.

Boa leitura!

Jorge Morgado